

Argentina: os desafios da esquerda não-kirchnerista – Unidade Popular

27/02/2012



Por Iuri Faria Cotas

A vida política argentina é marcada há quase sete décadas pela figura do general Juan Domingo Perón e seu legado político. O Partido Justicialista, fundado por ele em 1947, continua sendo o maior partido do país, mesmo com toda a perseguição que sofreu por duas ditaduras militares. Dentro do peronismo sempre conviveram (nem sempre pacificamente) um amplo espectro de apoio político, desde setores mais à esquerda até à direita. Assim, diversos grupos progressistas e socialistas sempre tiveram uma relação conturbada com o peronismo, sendo que alguns já se aproximaram ou se afastaram, dependendo da conjuntura, enquanto outros sempre se opuseram, buscando criar alternativas a essa força política.

Na história recente da Argentina, o peronismo passou por uma virada curiosa. Carlos Menem, presidente entre 1989 e 1999 pelo Partido Justicialista, seguiu o receituário neoliberal dos anos 90, que levou o país a uma grave crise econômica entre 2000 e 2003. Após diversas revoltas populares e quedas de presidentes em série, Nestor Kirchner foi eleito – também pelo Partido Justicialista – e foi bem sucedido na estabilização da economia e na recuperação do crescimento. Nestor foi sucedido por sua mulher, Cristina, eleita em 2007 e reeleita em 2011. Os Kirchner costumam ser apontados como dois dos diversos presidentes latino-americanos de (centro) esquerda e pós-neoliberais, eleitos na última década.

Ainda assim, o kirchnerismo continua sofrendo oposição de partidos políticos e movimentos sociais de esquerda. Isso não seria muito diferente dos demais países do continente liderados por governos pós-neoliberais, se não fosse por um fato: na eleição de 2011 o segundo colocado foi um candidato de esquerda, Hermes Binner do Partido Socialista, que compõe a Frente Ampla Progressista (FPA). Apesar da vitória esmagadora de Cristina, com 54% dos votos, os 17% que Binner recebeu não são irrelevantes (ele ficou bem à frente dos demais opositores) e nem foram resultado de mera casualidade daquela eleição, demonstrando um apoio popular significativo a esses grupos de esquerda.

Para conhecermos melhor a visão dos partidos que compõem a Frente Ampla Progressista, vamos publicar no portal da DS artigos dos seus diversos integrantes expondo sua visão para a FPA e para a Argentina. O primeiro é de Maité Llanos, assessora sindical da CTA e militante da Unidade Popular.

A Unidade Popular e a construção da Frente Ampla Progressista

Por Maité Llanos*

Em outubro de 2011 os resultados das eleições mostraram – com uma grande distância em relação aos 54% de votos obtidos pela Frente Para a Vitória (FPV) e que reelegeram a Presidenta Cristina Fernandez de Kirchner – que a segunda força votada pelos/as argentinos/as não foi, como afirmava a versão governamental, a direita, mas uma força nascente composta por partidos progressistas e de esquerda, a Frente Ampla Progressista (FAP).

Uma opção política para a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras

A Unidade Popular (UP), um dos partidos fundadores da FAP e liderado por Víctor De Gennaro, referência indiscutível do movimento operário argentino, nasceu da compreensão que na Argentina era necessário criar uma representação política para os/as trabalhadores que fosse além da tradicional estrutura do Partido Justicialista (PJ), que camaleonicamente se adaptou ao neoliberalismo, provocando o desastre privatizador dos anos 90, as políticas de ajuste e aplicando o receituário do FMI e Banco Mundial, que conduziram a crise de 2001.

A Unidade Popular é um instrumento eleitoral, resultante de experiências sociais: sindicatos, movimentos sociais, empresas autogestionadas e do processo da Constituinte Social, liderado pela CTA.

Por sua vez, a UP se concretizou na década atual ao compreender que a FPV no governo optou claramente por uma estratégia de crescimento com inclusão, ainda que volátil e dependente do mercado externo, já que sua principal fonte de renda é a exploração/deprecação dos recursos naturais e exportação de commodities, com políticas sociais focalizadas, que apesar de um discurso e algumas políticas pontualmente favoráveis à classe trabalhadora, não assumem uma transformação estrutural da matriz produtiva e redistributiva orientada para geração de empregos dignos e de qualidade. Tampouco avança na garantia de direitos, antepondo a governabilidade, constituída com base no “efeito derrame”, no discurso inflamado e em um acordo com as elites econômicas, principalmente as transnacionalizadas.

Seria injusto dizer que não houve avanços em termos de direitos, por exemplo civis (casamento gay), sociais e econômicos (Atribuição Universal por Filho, do qual sua universalidade é questionável, já que 3,5 milhões de crianças ficam de fora do programa), culturais (televisão pública digital), humanos (condenações aos culpados da ditadura). Agora, isso é suficiente quando quase metade dos/as argentinos/as tem empregos precários e quando os salários estão há meia década defasados em relação à inflação (25% ao ano, em média); quando os programas de transferência de renda não chegam a compor um salário mínimo; quando a capacidade industrial não aumenta há 10 anos (apenas se recuperou a capacidade ociosa das empresas após o período 98-2003); quando há uma ausência na qualidade e magnitude do investimento, devido a uma cúpula empresarial – amplamente transnacionalizada – que não é obrigada a reinvestir no país? E o que dizer quando a estratégia de diálogo com a sociedade se traduz em subordinação e disciplinamento? Cabe aqui mencionar que, por trás do discurso, se escondem 2.268 casos documentados de dirigentes e ativistas submetidos a processo penal entre 2001 e 2012, sendo a metade deles entre 2009 e 2010.

As propostas do governo nascem e ficam truncadas: um exemplo que teve repercussão mundial foi a Ley de Médios, que se foca em um grupo de multimídia, mas perdoa e garante negócios para o grupo Telefónica, sem permitir o acesso aos benefícios da lei às pequenas produtoras, rádios comunitárias, etc. A FPV governa com base em propostas que soam progressistas, que encantam auditórios de apoiadores, mas que terminam pactuando com o poder.

A conformação da Frente Ampla Progressista, composta pela Unidade Popular, Livres do Sul, Partido Socialista, GEN e Frente Cívica, nasceu da desilusão de alguns, que entendem que por dentro do projeto do governo era impossível empurrar os limites do possível, e pela compreensão de outros que o pacto com a elite econômica inviabiliza uma transformação estrutural, e que a sociedade argentina está aberta a escutar e apoiar propostas que, em sintonia com a região latino-americana, não aprofunde o modelo, como diz a voz oficial, mas opte por um modelo de reindustrialização, que tenha em conta os limites ambientais, de reforma

impositiva, de consolidação de direitos e democracia, de criação de empregos e de integração latino-americana complementar, que reduza a vulnerabilidade externa do país.

Desafios para a construção de uma alternativa política

A construção da FAP não é um processo simples. Ele pressupõe a construção de confianças políticas, o estabelecimento de um programa, a criação de estratégias eleitorais e a convicção de governo.

A consolidação da proposta “[20 ideias para 20 anos](#)” é resultado dessa convivência e participação democrática entre as forças que compõem a FAP.

2013 é um ano importante para a FAP porque é ano de eleições legislativas. Existem tentações de alianças com forças conservadoras para somar votos, que fariam a Frente cair em uma reminiscência de experiências de governos do passado (Frente Ampla, Aliança), onde as estruturas partidárias conservadoras transformariam a proposta em um fracasso. Este é um grande risco para a FAP, que demandará muita inteligência de seus dirigentes e participação de suas bases.

Uma boa eleição legislativa e uma boa campanha servirão para superar a dicotomia na qual se desenvolve a política nacional hoje, onde governo e meios de comunicação parecem obrigar a sociedade a se expressar como se a política fosse como o Facebook: curto/não curto. A sociedade argentina é mais complexa e pouco dócil para sustentar por muito tempo uma lógica de subordinação ou oposição. Existem áreas “cinzas”, existem propostas, existe uma necessidade de diálogo que hoje parece impossível.

Em outubro de 2013 enfrentaremos um novo desafio, mas até lá, será um ano carregado de mobilizações, como foi o final de 2012 com ações sindicais e no último mês de janeiro com uma forte mobilização indígena, frente aos assassinatos vinculados à extensão da fronteira agrária.

Para concluir, e como disse Victor Gennaro na apresentação de “20 propostas para 20 anos” em novembro de 2012, por que não sonhar com um presidente socialista para a Argentina em 2015?

***Maité Llanos é assessora da Secretaria de Relações Internacionais da CTA e militante da UP**

Compartilhe nas redes: